

PROCESSAMENTO EM JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - PJR

Competência técnica: Processamento

Conhecimentos relacionados: Processamento em Juizado Especial Criminal

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício de suas funções.

Objetivos Específicos

- Saber as rotinas cartorárias do Processamento Integrado para organizar e executar as atividades de processamento de forma célere e eficiente.
- Identificar os feitos de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- Conhecer as Tabelas Processuais Unificadas do CNJ para viabilizar o cadastramento ou alteração da classificação dos feitos pelos serventuários.
- Exercer todos os demais atos necessários ao processamento dos feitos nos Juizados Especiais Criminais, especialmente os relativos à colaboração na realização das audiências preliminares e de instrução e julgamento.
- Conhecer a legislação específica de constituição e funcionamento dos Juizados Especiais Criminais.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura.

Conteúdo Programático

- O Segredo de Justiça no Processamento em Juizado Especial Criminal.
- Princípios Processuais.
- Rotina Cartorária: o Processamento Integrado.
- Feitos de competência de JECRIM: no Código Penal, nas Leis. Extravagantes e nas Contravenções penais.
 - Resolução CNJ 46/2008.
 - Tabelas Processuais Unificadas do CNJ por Classes e Assuntos.
 - Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 03/2008.
- Rito Sumaríssimo (CF, Lei nº 9.099/95 e Lei nº 11.313/2006).
- Termo Circunstanciado.
 - Provimento 12/2000 (Alterado pelo Provimento CGJ 63/2003).
- Audiência preliminar.
- Ação penal pública / Denúncia.
- Ação penal privada / Queixa-crime.
- Audiência de instrução e julgamento.
- Recursos.

Atualização: 22/04/2015	Revisão: 06
-------------------------	-------------

- Execução de Penas e Medidas Alternativas.
- Arquivamento.
- Lei Estadual nº 2.556/1996 atualizada pela Lei nº 5.781/2010.
 - Dispõe sobre a competência territorial dos JECRIM da Capital.
 - Dos juizados especiais cíveis e criminais e juizados adjuntos.
 - Das turmas recursais cíveis e criminais.
- CODJERJ e CNCJGJ (aspectos relacionados aos JECRIM).
- O processamento da competência Violência Doméstica especialmente das Medidas Protetivas - Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha).
- Aviso TJ 43/2006.
 - Enunciados Criminais Consolidados – TJRJ.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia:

- Lei nº 9099/1995 atualizada.
- Lei nº 11.313/2006.
- Lei das Contravenções Penais.
- Código Penal atualizado.
- Código de Processo Penal atualizado.
- Resolução CNJ nº 46/2007.
- Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ Nº 3/2008.
- Lei Estadual nº 2.556/1996 atualizada pela Lei nº 5.781/2010.
- CODJERJ e CNCJGJ atualizados.
- Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha).
- Aviso TJ 43/2006.

Carga horária:

15 horas

Atualização: 22/04/2015	Revisão: 06
-------------------------	-------------